



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Políticas de Abordagem Territorial e seus Impactos na Vida de Mulheres: o caso do comitê dona Zizi no território do Mato Grande – RN

Jeam Claude de Souza Gomes

Doutorando em Estudos Urbanos e Regionais - UFRN

Winifred Knox

Professora Doutora no Programa de Pós – Graduação em Estudos Urbanos e Regionais - UFRN

Sessão Temática 12: Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar os impactos das políticas de abordagem territorial na vida de 10 mulheres integrantes do comitê do Zizi da região do Mato Grande no estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa foi realizada de forma virtual em decorrência da pandemia da COVID – 19 entre os anos de 2020 e 2021, sendo um recorte da dissertação de mestrado do Programa de Pós- Graduação em Estudos Urbanos e Regionais / UFRN. Para a seleção das entrevistadas foi utilizado o método conhecido no Brasil por bola de neve, que consiste em criar uma rede de confidentes, na qual cada entrevistado indica pessoas. Concluiu-se que a atuação da câmara de mulheres foi importante para as lideranças femininas e para trazer ao debate no colegiado os assuntos de interesse das mulheres, inclusive fazer com que a participação e deliberação feminina acontecesse nos projetos ligados à questão econômica, pautando o viés de gênero. Ressalta-se ainda a grande importância para a autonomia, emancipação política e empoderamento das lideranças para as agricultoras do Mato Grande/RN, através de políticas de abordagem territorial, como as analisadas a partir dos anos de 2005 até 2020.

Palavras-chave: Gênero; Políticas Públicas; participação política de Gênero; Desenvolvimento Territorial Rural;

Abstract. *This article aims to present the impacts of territorial approach policies on the lives of 10 women members of the Zizi committee in the Mato Grande region in the state of Rio Grande do Norte. The research was carried out virtually due to the COVID-19 pandemic between the years 2020 and 2021, being an excerpt from the master's thesis of the Graduate Program in Urban and Regional Studies / UFRN. For the selection of interviewees, the method known in Brazil as snowball was used, which consists of creating a network of confidants, in which each interviewee indicates people. It was concluded that the performance of the women's chamber was important for female leaders and to bring matters of interest to women to the collegiate debate, including making women's participation and deliberation happen in projects related to the economic issue, guiding the bias of gender. The great importance for autonomy, political emancipation and empowerment of leaders for female farmers in Mato Grande is also highlighted, through territorial approach policies, such as those analyzed from 2005 to 2020.*

Keywords: Genre; Public Policy; Gender equality; Rural; Territorial Development.

Resumen. Este artículo tiene como objetivo presentar los impactos de las políticas de enfoque territorial en la vida de 10 mujeres miembros del comité Zizi en la región de Mato Grande en el estado de Rio Grande do Norte. La investigación se realizó de forma virtual debido a la pandemia de COVID-19 entre los años 2020 y 2021, siendo un extracto de la tesis de maestría del Programa de Posgrado en Estudios Urbanos y Regionales/UFRN. Para la selección de los entrevistados se utilizó el método conocido en Brasil como bola de nieve, que consiste en crear una red de confidentes, en la que cada entrevistado indica personas. Se concluyó que la actuación de la cámara de mujeres fue importante para las lideresas y para llevar al debate colegiado temas de interés de las mujeres, incluso hacer realidad la participación y deliberación de las mujeres en proyectos relacionados con el tema económico, orientando el sesgo de género. También se destaca la gran importancia para la autonomía, la emancipación política y el empoderamiento de líderes para las mujeres campesinas de Mato Grande, a través de políticas de abordaje territorial, como las analizadas de 2005 a 2020.

Palabras clave: Género; Política pública; Igualdad de género; Rural; Desarrollo Territorial.

1. Introdução

O presente artigo é um recorte da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, intitulado “Do campo brotou margaridas: políticas de abordagem territorial e seus impactos para as questões de gênero da região do Mato Grande – RN”, tendo como objetivo apresentar os impactos de políticas com abordagem territorial na vida de 10 participantes do comitê de mulheres dona Zizi do colegiado territorial do Mato Grande – RN. A abordagem de desenvolvimento com foco territorial é um instrumento usado no universo do planejamento de políticas públicas com orientações voltadas ao desenvolvimento rural, sendo um instrumento que abarca “novas reformulações” relacionadas “ao campo das políticas econômicas, sociais, ambientais e territoriais, provocando mudanças importantes e significativas no contexto das intervenções em matéria de desenvolvimento” (MOURA; MOREIRA, 2014, p. 61).

Essa concepção de desenvolvimento procura “considerar as estratégias que os atores em determinada região utilizam para controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas” (SANTOS et al., 2017, p.18), impondo-se como nova unidade na referência e na atuação do Estado no processo de regulação das políticas públicas, fazendo com que o Estado se sinta no dever de responder as diversas críticas relacionadas às questões de ineficiência e ineficácia de suas ações (ALCÂNTARA FILHO et al., 2009, p.31). Em linhas gerais, o desenvolvimento rural, de abordagem territorial, poderia ser compreendido:

como um processo de mudança social, político, econômico e cultural, voltado para uma valorização das atividades locais, distribuição de renda justa e erradicação da pobreza, buscando alcançar uma melhoria do padrão de vida da população, satisfazendo-a em suas necessidades humanas básicas e respeitando os preceitos de sustentabilidade ambiental (ALCÂNTARA FILHO et al., 2009, p. 31).

A partir desse contexto, procuramos compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento e que, de acordo com Molyneux (1985, p. 228), seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”. Destarte, as mulheres rurais exercem um grande papel na vida do campo, pois além do trabalho como agricultoras elas desempenham o

cuidado e atenção as comunidades, muitas dedicam exclusivamente o seu tempo à família e à lavoura.

Ao longo do tempo, pode-se dizer que houve um esforço por parte do governo de diálogo com os movimentos sociais em direcionar e adequar programas específicos para demandas, fornecendo-lhes assistência na garantia de direitos e cidadania, como veremos ao longo deste estudo. Entretanto, no Brasil e em países em desenvolvimento, segundo dados da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2018), do total de alimentos que é produzido em solo rural, 45% têm as mãos das mulheres rurais e que na maior parte dos casos seu trabalho segue do campo para uma árdua jornada de trabalho nos domicílios e em suas comunidades. Soma-se a isso, o fato que elas trabalham durante a semana doze horas a mais que os homens e muitas delas gastam até quatro horas por dia para coletar água e combustível para uso doméstico. Assim, o tempo poderia ser utilizado em atividades escolares ou de geração de renda, segundo a FAO (2018).

Apesar da inserção de novas atividades econômicas nos TRs, grande parte das mulheres precisam da agricultura para sua subsistência e, apesar de terem um protagonismo no setor, elas possuem menos oportunidades de conquistar, arrendar ou administrar uma propriedade/pedacço de terra. Muitas, “quando têm acesso à terra, as propriedades adquiridas são frequentemente de qualidade inferior ou tamanho reduzido e somente 20% delas são proprietárias das terras onde trabalham” (FAO, 2018). A partir desse contexto, pretende-se compreender em que medida uma política de abordagem territorial foi importante na vida de mulheres rurais e quais os seus impactos.

2. Procedimentos Metodológicos

Para o alcance dos objetivos traçados faz-se necessário a construção de um percurso metodológico trilhado por conjunto de instrumentos e técnicas que favorecem a produção do conhecimento científico, no qual é relevante o alcance das metas e resultados de uma pesquisa. No primeiro momento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, leis, sítios eletrônicos, artigos científicos e trabalhos monográficos. Sobre esta tipologia de pesquisa, Gil (2010, p. 29-31) argumenta que a categoria “bibliográfica é elaborado com base em material já publicado”. Tradicionalmente, esta modalidade “inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

Com o objetivo de entender os impactos de políticas com abordagem territorial na vida de mulheres do Mato Grande, considerou-se necessário avaliar relatos de mulheres que participaram e tiveram envolvimento direto com o colegiado territorial. Ao trazer as falas dessas mulheres, conseguimos elementos de subjetividade da vivência nas situações que estiveram através das entrevistas. Nossas entrevistadas foram chamadas de “Margaridas” em homenagem e alusão à Marcha das Margaridas, um importante evento que tem ocorrido anualmente, desde 2000, e que marcou a vida de muitas mulheres do Território da Cidadania do Mato Grande (TCMG). A pandemia impôs ao pesquisador o desafio de criar e usar métodos que se enquadrem na situação atual que vivemos, impondo-nos o distanciamento social. Dessa forma, para captação do público-alvo, utilizou-se o método denominado de snowball também chamada snowball sampling (BIERNACKI; WALDORF, 1981) ou como conhecida no Brasil como “amostragem em Bola de Neve”, ou “Bola de Neve” ou, ainda, como “cadeia de informantes” (PENROD et al. 2003; GOODMAN, 1961, apud ALBUQUERQUE, 2009).

Essa técnica nos permite realizar uma amostragem não probabilística, e interação entre os indivíduos que estão envolvidos e serão estudados na pesquisa, estes no que lhe concerne, vão indicar ou convidar amigos/conhecidos de sua rede, para integrarem o processo. Nesse método, temos as sementes que são aqueles que nos possibilitam o contato inicial com o entrevistado ou entrevistada. Em seguida, temos o intermediário que faz a ponte e nos repassa o contato de alguém que conheça e seja ligado à sua rede de confidentes. E, por fim, temos a pessoa do entrevistado aquele ou aquela que está sujeito a participar do nosso roteiro de entrevistas.

As indicações chegam a um “ponto de saturação” no momento em que o objetivo é alcançado e as novas entrevistadas começam a repetir conteúdos e informações que já foram obtidos em situações anteriores, sem o acréscimo de novos relatos que sejam relevantes ao estudo. Com relação ao processo de identificação das participantes, todas elas autorizaram a utilização do nome pessoal e a gravação das entrevistas. Sendo que as informações pertinentes a dados pessoais não foram expressas nesse documento e ficaram armazenadas nos arquivos de gravação, sob total responsabilidade e compromisso dos envolvidos da pesquisa na manutenção do sigilo e não compartilhamento das informações pessoais das entrevistadas.

3. Políticas Públicas de Gênero no Brasil da Cidade ao Campo

É por meio de políticas públicas que programas sociais, bens e serviços são projetados para atender às necessidades da comunidade, gerenciados e regulados pelo estado por meio de controle e participação sociedade civil. Para Saraiva; Ferrarezi (2007, p. 28), o conceito de política pública:

trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão.

Dessa forma, as políticas públicas exercem um papel importante no atendimento às demandas da população. Logo, quando falamos em Políticas Públicas de Gênero nos referimos àquelas que reconhecem as diferenças de gênero e, portanto, são direcionadas a favorecer a igualdade entre homens e mulheres. Sendo assim, Farah (2011, p.51), enfatiza que “essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres – como as ações pioneiras do início dos anos 1980 – quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente”.

É importante salientar que políticas estruturadas com esse foco no Brasil iniciaram-se muito antes dos anos 2000. As primeiras foram implementadas na década de 1980 e para conhecimento serão destacadas a seguir. O ponto inicial surgiu com o advento do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, sendo ponte para instituição do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) no ano de 1983. Dois anos depois, mais especificamente em 1985, surge a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher em São Paulo e o primeiro Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, “criado após mais de uma década de mobilizações do movimento feminista brasileiro e latino-americano”, conforme Montañó (2003, p. 9). A autora destaca que:

este processo de luta pelos direitos das mulheres se alimentou do espírito anti-ditatorial da época. É, pois, necessário levar em conta o cenário político no qual as mulheres levantaram suas aspirações libertárias. O CNDM surge sob o influxo das aspirações por obter a representação das mulheres na democracia no âmbito de processos de transição da ditadura, ao contrário de outros organismos que mais adiante surgiram ao influxo da

reforma do Estado e a busca de governabilidade. Isso explicaria a ênfase democrática e de representação que teve a ação do CNDM, frente à ênfase na gestão e a governabilidade que parece caracterizar a construção institucional em outros países. (MONTAÑO, 2003, p. 9).

É notório frisar que as conquistas alcançadas nesse período foram fruto de muitas lutas, em que o feminismo brasileiro se converteu em um referencial importante de luta pelo direito das mulheres. Sobre esta questão Montaña (2003, p. 09) destaca que:

a importância do capital de processos políticos brasileiros sobre a América Latina aumentou sua influência e, ainda que o movimento feminista da América Latina tenha mostrado uma grande vocação política, era a primeira vez que, na região, feministas autônomas - no sentido de atuar a partir de uma identidade coletiva sem subordinar-se aos partidos políticos - ocupavam espaços público-estatais para propor, formular e executar políticas inspiradas na visão feminista e desenvolveram estratégias de ação positiva em benefício da igualdade entre homens e mulheres.

Porém foram muitas as negociações políticas e partidárias para que as reivindicações do movimento fossem então incluídas na constituinte de 88, “a inclusão de quase todas as reivindicações feministas contidas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes na reforma constitucional de 1988 ficou como testemunho da versão feminista da “imaginação ao poder” (MONTAÑO, 2003, p.09). O conselho foi bastante importante para o fortalecimento desse diálogo, possuindo um caráter inovador não apenas para as políticas de gênero, mas para todas as outras políticas públicas e sua missão era de “promover no âmbito nacional, políticas para assegurar às mulheres condições de liberdade, igualdade de direitos e a plena participação” (MONTAÑO, 2003, p.10).

As políticas públicas e o debate em torno da igualdade de gênero foram avançando no país e, em 1995, no primeiro ano do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi instituído o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), uma política governamental que funcionou como um forte aliado nas discussões acerca da igualdade de gênero e das lutas dos movimentos LGBTQI+ e feminista.

Um dos pontos do programa era focado no combate a atos e condutas violentas, de discriminação e intolerância, procurando diminuir as desigualdades sociais, respeitando os deveres e direitos individuais e coletivos. Para Machado (2018, p. 6):

a adoção desta política governamental, que seria ampliada posteriormente, com a elaboração do PNDH-II (2002), permitiria que feministas brasileiras e ativistas dos movimentos sociais compostos pelos coletivos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBTT) levassem os debates sobre a iniquidade de gênero e a discriminação com base na orientação sexual para dentro das agências governamentais. Entre as centenas de propostas do PNDH II, encontram-se, por exemplo, ações específicas dirigidas às mulheres e às pessoas de diferentes orientações sexuais (gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais), pessoas que vivem com HIV e AIDS, dentre outras.

Percebe-se então que as questões de igualdade de gênero deixaram apenas de ser preocupações exclusivamente do movimento feminista, ou seja, o programa buscou de forma inovadora propostas que buscavam promover a igualdade, estratégias para eliminar a violência, incluindo a sexual contra os grupos de orientações sexuais diversa das heteronormativas. Os projetos continuaram avançando no governo Lula e os diálogos com os movimentos LGBTQI+ e feminista foram fortificados criando espaços e iniciativas governamentais na defesa das minorias sexuais. Sobre este cenário Machado (2018, p. 6) destaca que:

entre as iniciativas governamentais deste período voltadas para estes segmentos sociais, destacar-se-iam a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e o lançamento do “Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual”, em 2004; a instalação de uma Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto, em 2005; a realização de Audiência Pública sobre o Aborto, durante 2007; a realização da primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, em 2008; o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III), em 2009 e o Plano Nacional de Educação (PNE), enviado para o Congresso brasileiro em 2010.

Percebemos que desde os governos de FHC, existia um espaço para o diálogo, vindo de proximidade de lideranças dos movimentos feminista com a primeira dama, Ruth Cardoso, o que aproximou o poder executivo na busca por políticas públicas para o segmento feminino e com o governo Lula as ações continuaram e foram estendidas ao movimento LGBTQI+, buscando a diminuição das desigualdades de gênero e o combate à violência sexual e discriminatória. Com relação ao rural foram implementadas muitas políticas públicas de gênero nestes últimos anos, onde segundo Carvelli e Oliveira (2018, p. 3):

as políticas públicas recentemente praticadas pelo governo federal por meio do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e pela Diretoria de Políticas para Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário, buscam incidir sobre as dificuldades vividas pelas mulheres no campo, como por exemplo, o acesso aos direitos de cidadania, à renda e emancipação no trabalho.

Nesse contexto, é preciso destacar que uma das principais lutas do movimento de mulheres rurais trabalhadoras era o reconhecimento da profissão de agricultora, o que apagaria a imagem da mulher rural somente como doméstica, rompendo com o estigma da invisibilidade de produção feminina na agricultura. Outra questão inerente ao movimento seria direcionada ao acesso à terra, onde uma das demandas relacionados a essa questão seria a titulação da terra em nome do casal, de maneira conjunta com o marido/companheiro, ou em nome da mulher chefe de família, ou até mesmo como direito das mulheres solteiras ou chefes de família a serem beneficiárias da reforma agrária (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 7). Os autores supracitados destacam ainda que:

uma outra iniciativa importante, e que responde mais diretamente às pautas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, foi a criação em 2001 do “Programa de Ações afirmativas para Promoção de Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres”, vinculado ao MDA– Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2003 seu nome foi mudado para “Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia”. O Programa tem o objetivo de promover e articular ações que fortaleçam a cidadania e a justiça social no meio rural brasileiro. Sua atuação envolve o diagnóstico, a viabilização e o aperfeiçoamento de políticas públicas capazes de corrigir processos seculares de exclusão, subsidiando o MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na elaboração de políticas. Entre os principais pontos abordados estão o acesso à terra, políticas de crédito, atitulação conjunta, e os programas de capacitação voltados para o público rural feminino. [...] Além deste Programa, é possível verificar a preocupação com a incorporação da perspectiva de gênero em várias das Secretarias e Órgãos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. No entanto, a efetivação das ações é um processo lento. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.18).

Nota-se que existia um esforço mútuo para o desenvolvimento de ações direcionadas a perspectiva de gênero, porém o processo ocorre de forma lenta e muitas vezes tende a retroceder. Destacando ainda neste artigo outras políticas como a criação de uma nova linha de PRONAF, em 2003, que era destinada exclusivamente à mulher (PRONAF Mulher), pois até esse período,

segundo dados do MDA (2002), apenas 12% dos créditos do programa atenderiam a categoria feminina, sendo a faixa de crédito destinada a apenas um membro da família, muitas vezes direcionado a figura masculina. Sobre o referido programa, Heredia e Cintrão (2006, p. 19) demonstram em seus estudos que:

[...] as mulheres potencialmente podem ter acesso a essa nova linha de crédito, dedicado a atividades agrícolas e não agrícolas, podendo envolver tanto financiamentos para hortas, roçados e criação de animais quanto a produção de alimentos processados como queijos, biscoitos, geleias, etc., e permitindo também a geração de renda para as mulheres rurais. O acesso da mulher ao crédito, e a própria incorporação do sexo no formulário de declaração junto ao banco para obtenção do crédito (outra reivindicação dos movimentos de mulheres, visando facilitar a quantificação da porcentagem de mulheres que tem acesso ao crédito) são vistos como tendo um valor para além do econômico, significando também o reconhecimento da participação das mulheres nas atividades econômicas agrícolas por parte das políticas públicas. Além disso, o acesso ao crédito é visto pelo MDA como importante para que as trabalhadoras rurais garantam a segurança alimentar da família. Por ser muito recente, o impacto efetivo desta política ainda não pode ser avaliado.

Neste sentido, a criação do PRONAF Mulher foi estruturada como uma política que estimulasse mecanismos de emancipação para a mulher rural, isto porque o crédito não seria destinado especificamente ao marido/companheiro, mas sim diretamente a ela, dando-lhe a liberdade para exercer de forma digna suas atividades produtivas. Outra iniciativa que precisamos destacar é a publicação da Portaria nº 981/2003, direcionada a questão do acesso à terra que tinha como objetivo superar as desigualdades e a pobreza, onde foi estabelecido a obrigatoriedade de título conjunto para posse da terra do assentamento nas áreas exploradas pelo casal, protegendo a mulher na garantia do título e também no acesso a renda advindas dos benefícios sociais e econômicos.

Art. 1º O art. 3º da Norma de Execução nº 29, de 11 de setembro de 2002, passa a vigorar da seguinte forma: "Art. 3º A outorga do Título de Domínio ou do Contrato de Concessão de Uso, far-se-á: I - ao homem, na ausência de cônjuge ou companheira; II - à mulher, na ausência de cônjuge ou companheiro; III - ao homem e à mulher, obrigatoriamente, nos casos de: a) casamento; e b) união estável. (BRASIL, 2003).

Foi incorporado ainda, que caso ocorra separação do casal, e caso a terra esteja no processo de titulação, a mulher poderia adquirir a posse da terra, desde que detivesse a guarda de filhos. Determinou-se ainda que as terras já tituladas neste período deveriam conter o nome da mulher no processo. Seguindo esse contexto, em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, criou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, que era voltado às mulheres trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas na retirada de documentos civis básicos.

Essa falta de documentação muitas vezes prejudicava o acesso das mulheres a uma série de políticas públicas, dentre elas o próprio Pronaf Mulher, em que a ausência de CPF e RG seria uma das causas de "60% das restrições da linha de crédito do Pronaf" (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.18). Verificamos ao longo desta análise o quanto avançamos na produção de políticas públicas direcionadas a minimizar as desigualdades entre homens e mulheres geradas por um passado patriarcal e com inúmeras injustiças sociais, sendo assim e compactuando com o pensamento de Farah (2004, p. 48), ainda existem "alguns desafios ainda presentes para os envolvidos na incorporação nas políticas públicas de gênero, quais sejam: a incorporação do olhar de gênero, o desafio da integração e a relação com a sociedade civil".

Sabe-se que que muitas foram as lutas dos movimentos feministas e

LGBTQI+ no diálogo referente produção de políticas públicas direcionadas a perspectiva de gênero, porém é notório chamar atenção de que essas conquistas, ainda não firmadas enquanto políticas de estado, ficam ameaçadas por retrocessos governamentais, a depender de parcela política que as apoiem ou a serem ameaçadas por reação do patriarcalismo conservador, ancorados em um discurso religioso, ou muitas vezes de ódio, que nos governos posteriores buscaram extinguir programas sociais, conselhos, retroagindo nas ações e iniciativas públicas voltadas a atender as demandas de gênero no país, além de muitas vezes perseguir lideranças feministas.

4. Políticas de Desenvolvimento Territorial e o Debate Sobre Gênero

É relevante enfatizar que, quando foram criados, tanto a Secretaria Territorial de Desenvolvimento como o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais tinham como missão a valorização da agricultura familiar, com o enfrentamento das desigualdades regionais e da pobreza rural. Buscando a integração de políticas públicas na esfera da intersectorialidade, estimulando a promoção e dinamização econômica dos TRs, tendo como fio condutor a pluralidade, diversidade, autonomia de atores sociais, de mulheres e homens. Porém, já que falamos em autonomia de mulheres e homens, percebemos que um fator presente na sociedade e em especial nos TRs seria a desigualdade de gênero que interfere nos espaços de participação e tomada de decisões de programas direcionados aos territórios rurais. Atrelado a isto e, de acordo com Butto (2010, p. 218):

o desenvolvimento rural, pensado a partir das relações de gênero, não pode se limitar a estimular a participação social simplesmente, posicionamento corrente entre alguns adeptos da abordagem territorial, em que é necessário considerar distintas dimensões presentes na desigualdade que as mulheres vivenciam no campo.

Com base na autora supracitada, para fazer uma reflexão de gênero no processo de dinâmica territorial, é importante interligar quatro dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável, que seriam as dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional, conforme descreve a autora:

na dimensão econômica e ambiental, é necessário considerar que, embora as mulheres sejam detentoras de conhecimentos sobre uso e manejo da biodiversidade, têm menor acesso aos bens da natureza e aos recursos financeiros. Este fato repercute na ausência e/ou menor acesso à terra e à renda. Além disso, sua inserção não monetária as concentra em atividades voltadas para o autoconsumo. Deve-se considerar também que assumem de forma quase exclusiva o trabalho doméstico e de cuidados, gerando maior jornada de trabalho, mesmo que as estatísticas oficiais insistam em afirmar o contrário. Também enfrentam condições precárias para a realização do trabalho doméstico – a exemplo dos problemas gerados pela escassez de água em suas residências e de falta de gás – e menor disponibilidade para atividades geradoras de renda monetária. A forma de inserção econômica das mulheres produz uma representação do seu trabalho como atividade secundária e marginal, mesmo que sem o trabalho delas não seja possível garantir a reprodução física e social da agricultura familiar e do seu papel decisivo na manutenção da biodiversidade e preservação ambiental (BUTTO, 2010, p.230).

Butto (2010) destaca ainda que, quando ocorre a junção das dimensões políticas e econômicas, “torna-se o centro de análise do lugar das mulheres rurais no desenvolvimento”, de maneira que para compreender o processo de exclusão econômica das mulheres é necessário incluir também os mecanismos políticos presentes na manutenção da subordinação, elucidando ainda a dimensão simbólica da desigualdade. Dessa maneira não é somente a família

que tem papel decisivo na reprodução da desigualdade existente entre mulheres e homens rurais, mas os espaços públicos e o Estado também são mitigadores dessas desigualdades.

Ao longo desse período, foram tomadas então algumas iniciativas para atender demandas direcionadas à igualdade de gênero, buscando atender em especial as mulheres rurais. Esse processo se inicia, no ano de 2003, quando em culminância com a criação da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), foi desenvolvido, por meio do MDA, o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), resultado de uma antiga formulação do Programa de Ações Afirmativas para Promoção da Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres, que existia desde 2001.

Para Siliprandi e Cintrão (2015, p. 184), o PPIGRE na prática tinha o papel de “assessoria de gênero àquele Ministério, e ao governo Federal como um todo, buscando facilitar o acesso das mulheres rurais ao conjunto de políticas existentes e promovendo um diálogo permanente com os movimentos de mulheres”. No ano de 2010, o programa é reformulado, agregando a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), que tinha ligação direta com o gabinete do MDA. No final daquele mesmo ano, a AEGRE foi transformada em Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR). Segundo Siliprandi e Cintrão (2015, p. 184), essas mudanças de ordem institucional:

significaram um aumento de poder e um reconhecimento, no âmbito daquelas instâncias de governo, da importância de ações afirmativas. Os novos arranjos institucionais redundaram em arcabouços normativos e permitiram uma prática cotidiana de diálogo e parcerias envolvendo os diferentes órgãos governamentais e entidades representativas das mulheres.

Essa diretoria centralizava seus esforços em garantir três programas fundamentais para as mulheres rurais que seriam: a assistência técnica e extensão rural setorial (ATER) e, o principal: Documentação da Trabalhadora Rural, Organização Produtiva, pois muitas mulheres perdiam sua participação em programas por não terem sua documentação básica. Os esforços eram feitos para que essas estratégias acontecessem a partir dos TRs, fortalecendo não somente as intervenções e atuações das mulheres, mas também a política territorial. Uma das estratégias adotadas pela diretoria foi a criação da articulação e mobilização territorial, que buscava promover e apoiar a participação das mulheres dentro da política de desenvolvimento territorial e gestão social, procurando garantir os direitos de igualdade entre mulheres e homens no acesso às políticas públicas, produção agrícola, direitos sociais e cidadania.

5. Do Campo Brotou Margaridas: o comitê de mulheres e seu protagonismo na luta pelo empoderamento feminino e igualdade de gênero no Mato Grande

O comitê foi um mundo possível, onde só quem viveu sabe o quanto aquele espaço foi modificador e fortalecedor para muitas mulheres, “uma coisa é certa: nós transformamos vidas e as nossas vidas, a partir daquele espaço” (Margarida Ana Paula, 2021, informação verbal).

A organização dos comitês dentro do colegiado territorial incia-se a partir dos anos de 2013 - 2014 onde o território do Mato do Grande estruturou-se da seguinte forma:

Câmaras: Organização Sustentável da Produção: Associação Comunitária do Amarelão - ACA (Indígena); Assoc. de Mulheres Agric. e da Economia Solidária Maria Aparecida - AMEAMA; cooperativa de agricultores familiares e pescadores artesanais e da Economia

Solidária da Região do Mato Grande – COOAFES; Associação de Jovens Agroecologista da comunidade do Cabeço – JOCA; Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e Economia solidaria de Bebida velha – COOPABEV; Assoc. Comunitária de Tabuleiro do Barreto - ACTB; Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso – PM – SMG; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaíra – STR; Instituto Potiguar de Desenvolvimento de Comunidades – IDEC; Associação de Desenvolvimento Social de Pureza – ADSP. EDUCAÇÃO, CULTURA e MEIO AMBIENTE: Prefeitura Municipal de Jardim de Angico; Associação de Jovens Agroecologistas da comunidade do Cabeço – JOCA; Associação Comunitária do Amarelão - ACA (Indígena); Associação Produtiva de Lagoa Grande – APLG; RN Sustentável; Associação dos Produtores Agrícolas de Bebida Velha – APABV; Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte; Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso; As câmaras de INFRAESTRUTURA BÁSICA e SAÚDE e ACESSO a ÁGUA não tiveram inscrições, cabendo ao núcleo diretivo em uma próxima reunião dar continuidade a formação destascâmaras. A formação do COMITÊ DE MULHERES ficou com a seguinte composição: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Câmara - STR; Rede Xique Xique; Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e Economia solidaria de Bebida velha – COOPABEV; TECHNE; AACC; FOPP GOSTOSO; JOCA; PREF. DE TAIPU; ASSOC 1º DE MAIO MATÃO DE JÓ; STR TAIPU; COOAFES; MOV. Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; AMAEA; AMAEMA; GRUPO DE MULHERES FLOR DO CAMPO DE MARIA DAS GRAÇAS; ASSOC COMUNITÁRIA DO MATÃO. O Núcleo Diretivo ficou assim composto, inicialmente: Rede Xique Xique, JOCA, IDEC, ASSOC COMUNITÁRIA QUILOMBOLA DOS MORADORES DE ACAUÁ; FETRAF; ASSOC P.A. MARIA DAS GRAÇAS; AACC; ARCO; TECHNE; FÓRUM DE TAIPU; COOAFES; ASSOC DAS MULHERES EM AÇÃO DO P.A. SANTO ANTONIO; COOPABEV pela Sociedade Civil. P.M. TAIPU; P.M. TOUROS; P.M. PARAZINHO; P.M. PUREZA; P.M. JARDIM DE ANGICOS; P.M. SÃO MIGUEL DO GOSTOS; EMATER Regional João Câmara; DFDA/RN; P.M. Caiçara (FOMAG, 2014).

Com base nas atas das reuniões do colegiado e relato das participantes com a implementação da câmara e comitê de mulheres os anos de 2014 e 2015, as reuniões tiveram maior liderança feminina mais de maneira compartilhada e não de forma independente. Um ponto negativo, pois tal situação acaba legitimando a dominação masculina nos espaços de poder e decisão. Dessa forma, as mulheres ficam sempre em segundo plano e em muitos casos são silenciadas pela estrutura patriarcal masculina dominante. Nessa perspectiva, Biroli (2010, p. 669) enfatiza que:

O principal constrangimento material à participação política das mulheres, porém, diz respeito ao tempo livre, o que se liga estreitamente à responsabilidade maior, quando não exclusiva, pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com as crianças. No modelo tradicional da família, em que o homem era o único provedor, o insulamento das mulheres no lar bloqueava a formação de redes de mobilização e, ao mesmo tempo, comprometia o surgimento do interesse pelas questões públicas (e, portanto, da ambição política).

É nítido que nas últimas décadas a mulher tem conquistado protagonismo nos espaços de poder como por exemplo no campo da política, onde muitas tem pleiteado cargos políticos. Um grande caso que sustenta essa afirmativa foi a eleição da ex-presidenta Dilma Rousseff que legitimou milhares de conquista femininas no Brasil. No colegiado, as lideranças tinha em sua maioria um perfil masculinizado, entretanto muitas mulheres, tiveram protagonismo na luta pela igualdade de gênero para o território do Mato Grande. Com base no relato da margarida Ana em meados do final de 2013, ela juntamente com outras mulheres do colegiado, começaram a articular a câmara técnica de mulheres do Mato Grande e, naquela ocasião, ela recebera a importante missão de coordenar o comitê de mulheres.

Sentamos e conversamos e aí nesse dia ela perguntou quem é que gostaria de coordenar o comitê, e eu sem saber muito o que era aquilo ainda eu disse eu vou, por que eu quero

aprender como é que gerencia isso, como é que se vive, como é que se vai para os lugares e eu lembro que foi muito interessante (Margarida Ana Paula, 2021, informação verbal).

Segundo relato da participante Katiane a criação de um comitê feminino:

foi muito importante para poder discutir os projetos que vinham para o território, muitas vezes vinham pensando no HOMEM, no espaço de organização dos homens e para as mulheres, era coisa meio subsidiária. Então nos reuníamos quando chegava os editais e levava a discussão para o território, meio que é tinha momentos que chegávamos a um pouco de conflito, por que a gente apresentava nossas questões e alguns homens não aceitavam, fala que aquilo que a gente estava colocando era desnecessário que todo mundo compreendia a participação das mulheres, mais nada que expressasse isso nos papéis nos editais, na palavra na escrita. Então a gente fez muito essa reivindicação. Que nós mulheres também tivesse representação também na escrita, nas falas, por causa dessa consideração de que o território pudesse fomentar a autoestima das mulheres, para poder participar, inclusive do núcleo diretivo, que antes era composto muito mais pelos homens, não existia uma paridade. Então o último núcleo diretivo que a gente compôs, são 7 e nós conseguimos colocar 3 mulheres. Então aos poucos a gente vai conseguindo incluir essas mulheres nessa representatividade pensando na paridade entre homens e mulheres (Margarida Katiane, 2021, informação verbal).

Katiane relata que nas reuniões ela se sentia ouvida, só que em alguns momentos sentiu-se oprimida, como por exemplo quando apresentava uma proposta e existia uma certa relutância por parte dos homens, onde ocorria também a tomada de falas, projetos e pautas que já haviam sido apresentadas pelas mulheres. Nesse sentido, Céli Pinto (2010, p. 20), destaca que “quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher”. A autora complementa ainda que “a recepção destas falas por homens e mulheres tende a ter a mesma característica, é a recepção de uma fala marcada, portanto particular, em oposição à fala masculina/universal”.

Somando a esse contexto, Carla Cerqueira et al. (2009, p. 112) leciona que “a palavra, como instrumento de poder e de troca, foi negada durante séculos às mulheres, e elas ainda continuam a não ter acesso ao discurso da mesma forma que os homens”. Permanecendo até os dias atuais a luta “para que elas tenham acesso aos espaços de discussão e sejam respeitadas em seus modos de expressão e nos seus discursos” (LAKOFF, 2003, p. 175).

Segundo relato da participante Alice por mais que elas estivessem em um espaço que havia sido direcionado para homens e mulheres, ainda era possível notar situações em que o machismo estava presente. Ela relata que, em quase 85% das vezes em que participou das reuniões, precisou sim questionar a participação, principalmente na formação das mesas e liderança (Margarida Alice, 2021, informação verbal). Em alguns momentos de sua trajetória no FOMAG, ela relata que não se sentia ouvida justamente por ser mulher, sentia uma sensação de que a sua fala e de outras mulheres não tinha a mesma representatividade que a fala masculina e que não fosse de fato ouvida. “Você fala e muitas vezes era ignorada, por que outra ideia, outra forma de falar e que era mais interessante do que a forma que a mulher estava falando ou questionando” (Margarida Alice, 2021, informação verbal).

Uma realidade que se reflete em várias instâncias políticas e que, segundo Ávila (2004, p. 10), um dos fatores que refletem essa situação na vida das mulheres seria relativa “há uma tensão entre o tempo do agir” do sujeito político e o da realização das tarefas de manutenção da vida que deve ser cuidada e reproduzida. A falta de tempo funciona como um bloqueio para transitar da esfera do social para a do político”. Inúmeras pesquisas sobre a questão de como as pessoas usam o tempo, refletem justamente nisso “onde o fardo das tarefas domésticas, o cuidado com os outros ainda recai

desproporcionalmente sobre as mulheres” (BIROLI, 2010, p. 669). No Brasil e em países em desenvolvimento, 45% de todo alimento que é produzido no rural têm as mãos das mulheres rurais em que, na maior parte dos casos, seu trabalho segue do campo para uma árdua jornada de trabalho dentro das comunidades e de suas casas. Muitas delas trabalham cerca de 12 horas semanais a mais do que os homens e muitas gastam até quatro horas por dia para coletar água e combustível para uso doméstico e esse tempo poderia ser utilizado em atividades escolares ou de geração de renda (FAO, 2018).

Um dos grandes problemas que dificultavam a participação das mulheres nessas reuniões, segundo relato da margarida Fernanda, era questão financeira e a dependência em alguém, principalmente quando se é uma dona de casa, por ela precisar conversar com os filhos, com o marido, para pode sair e algumas precisam até pedir dinheiro ao companheiro para conseguir se deslocar aos eventos (FERNANDA). A margarida Adrielle relata que nem todas as prefeituras davam suporte ou logística para que as mulheres pudessem participar do colegiado, “contam-se as prefeituras que davam suporte, que davam carro, que mandava pega e deixar” (Margarida Adrielle, 2021, informação verbal).

Todo esforço que ela e as demais participantes do FOMAG faziam era pela causa, pela luta e pelo movimento, mesmo sem capital. “Algumas vezes ficava complicado essa parte, foi uma das coisas que eu debatia muito e sempre dizia eu vou mais se tiver o apoio financeiro, e muitas vezes deixei de ir por causa disso” (Margarida Adrielle, 2021, informação verbal).

[...] é o financeiro, uma mulher tem que ter a dependência dela. O sindicato diz assim não vou investir numa mulher por que sabe que ela vai se fortalecer, as associações também não. Agora se for para homem, liga para ele hoje avisando tem reunião amanhã, ele vai embora. Agora a mulher não, tem que ser bem antes para ela se prepara. Então não é distancia, a mulher não tem dificuldade para nada quando a mulher que uma coisa. A dificuldade é o financeira dela, essa posse do ser dela, essa posse da autoestima, essa posse de me valorizar por que eu tenho isso eu vou e acabou. A mulher rural é mais ainda, e pior e ela quer participar, ela tem vontade, ela acredita que pode mudar, mais é difícil por que o maior empecilho ainda é a “grana” (Margarida Fernanda, 2021, informação verbal).

Outro ponto que impede a participação feminina em espaços institucionais e políticos como o colegiado é a questão da dominação masculina sobre a mulher, que ainda é uma realidade pertinente em nossa sociedade, fato que tem se acentuado com a avalanche de governos conservadores que pregam princípios que vão ao encontro desse sistema de dominação. Sobre esse ponto, precisamos destacar os estudos de Bourdieu (2003) que reforçam essa questão da dominação masculina, em que este processo reflete a mulher como objeto simbólico, no qual o ser é percebido e colocado sob efeito permanente de insegurança e de dependência simbólica, ou seja, elas devem existir pela e para apreciação ao olhar dos outros. Espera-se delas a feminilidade que sejam sempre delicadas, sorridentes, submissas, discretas, aprisionadas e contidas e, muitas vezes, apagadas.

Assim espaços como o comitê permitem a organização coletiva de mulheres em busca da libertação das amarras patriarcais, consolidação de direitos igualitários, ressignificando espaços masculinizados, conquistando autonomia e postos de liderança.

Nós mulheres, se quer estavam nesses espaços e a partir do incentivo, das políticas públicas territorial as mulheres começam a ocupar esse espaço, como forma de empoderamento, de conscientização, mas sobretudo de esclarecimento do quanto é importante a política pública na vida das mulheres. É nos territórios que são discutidos por exemplo os projetos de assistência técnica para as mulheres. É nesses espaços como

o do fórum, que as mulheres começam a pensar, refletir se auto avaliar e ver da importância do trabalho delas e que normalmente não é falado e nem visibilizado. Então muitas dessas mulheres que estão nesses espaços elas conseguiram além de ultrapassar muitas barreiras e ter de alguma forma autonomia, elas conquistaram também muitos espaços do ponto de vista profissional. Então foi muito importante a política territorial e a gente precisa lutar muito para tê-la de volta (Margarida Ceíça, 2021, informação verbal).

Para margarida Katiane, a Política de Desenvolvimento Territorial proporcionou igualdade de gênero, onde foram criados espaços de maior informação para as mulheres, com esse olhar para diversidade do que seria essas políticas, por mais que ela não fosse efetivada da forma como deveria ser, no sentido de abranger e vivenciar as dificuldades que as mulheres enfrentavam, mas houve sim um progresso, pois foi possível incluir as mulheres no rol do PTC. As desigualdades continuam a existir, mas elas continuam lutando por maior representatividade das mulheres, autonomia e empoderamento. Com a pandemia e o desmonte das políticas territoriais, as mulheres têm se articulado via grupo de WhatsApp, algo limitado, mas que, para elas, representa muito.

Segundo a margarida Ana, muitas mulheres que participavam do comitê ultrapassaram as barreiras estruturais do patriarcado, pois elas romperam “com esse limiar, essa coisa que nos suprime, nos amordaça na realidade porque infelizmente a gente pode não ver, mas a gente vivencia tudo isso” (Margarida Ana Paula, 2021, informação verbal). O comitê também proporcionou a que as mulheres tivessem acesso a temas como o da economia solidária “que é uma outra perspectiva de economia que as mulheres a partir dessa organização, elas podem ter um retorno para si, que não seja esse retorno tão nocivo do capitalismo” (Margarida Ana Paula). Ana salienta a questão do retrocesso das políticas, sobretudo aquelas voltadas para igualdade social e de gênero, ocasionado um cenário que traz de volta o patriarcado e os machismos para os diversos espaços que possamos imaginar, em especial, os de poder e decisão.

Na perspectiva da margarida Alice, foram imensos os impactos da Política de Desenvolvimento Territorial para as mulheres dos 15 municípios que compõem o Mato Grande, essas políticas foram de grande importância para a questão da participação feminina em espaços como o colegiado, além de possibilitar a criação de projetos que beneficiaram a vida de centenas de mulheres. A margarida Ceíça explica que a política de desenvolvimento territorial não é só importante do ponto de vista da produção e da comercialização, que traz a autonomia financeira, “mas ela é importante também do ponto de vista da soberania da segurança alimentar, ela é importante também para poder enxergar aquilo que é maléfico ou não na vida das mulheres e sobretudo como aliada no combate ao machismo” (Margarida Ceíça, 2021, informação verbal).

Para margarida Larissa, as políticas de abordagem territorial foram muito importantes para o crescimento pessoal, profissional, autoconhecimento. Acho que foi importantíssimo para formar, por eu era muito nova quando comecei a participar disso tudo e aí eu fui me moldando a partir de todas essas coisas. Todas essas políticas são o que eu sou hoje, e nesses espaços que participei nunca me senti discriminada por ser mulher, mas eu acho que a gente mostrando quem a gente é e o quão importante é na sociedade que a gente vai conseguir se manter unidas (Margarida Larissa, 2021, informação verbal).

[...] agora eu sei eu quero, eu posso eu consigo, mas para isso eu tenho que buscar. Porém de tudo isso que aconteceu em minha vida, apesar de muitas reuniões, isso foi me fortalecendo hoje eu sou formada sou professora, iniciei minha graduação em abril de 2016 e terminei em abril de 2020. E a partir dessas reuniões, de tudo que eu participei, o FOMAG, a câmara de mulheres, a associação (APABV) que é o meu ponto forte e Sempre a gente discute que a mulher seja autônoma e não seja dependente do esposo ela precisa

buscar e essa busca graças a Deus eu estou conseguindo até hoje (Margarida Angélica, 2021, informação verbal).

Na atualidade, devido à conjuntura estabelecida, elas se reúnem apenas pelo WhatsApp. Em 2019, tiveram um encontro presencial no FOMAG, mas atualmente só por meio virtual e quando têm atividades a coordenação envia um link para que elas acessem. Eu fico muito preocupada com as fragilidades das mulheres e com esse afastamento que faz com que cada vez mais se fragilize essa organização e união que tem entre elas. Você vê por exemplo Katiane coloca uma postagem no grupo as meninas demoram a responder a visualizar, não participam, não interagem. Eu fico preocupada quando vier acontecer esse retorno, por que vai ter que começar tudo de novo, ter que ir até elas para entender as dificuldades, saber o porquê de não estarem participando, o que aconteceu durante esse período que ficaram sem encontro presencial, o que fazer para se fortalecer (Margarida Adriele, 2021, informação verbal).

6. Considerações Finais

Este artigo objetivou investigar a questão de gênero na política de desenvolvimento territorial implementada nos governos populares no universo rural brasileiro. Focando nas questões de igualdade de fala, organização de interesses específicos nos espaços de gestão e decisão destas políticas, nos conselhos territoriais, verificando por meio das câmaras temáticas a possibilidade coletiva de empoderamento feminino. Observando se o espaço coletivo que fora criado foi influenciador do empoderamento, emancipação e autonomia feminina nas vidas das participantes dessa câmara.

Buscou-se, por meio de entrevistas com dez participantes do comitê de mulheres do MTG e seleção de sete relatos, entender como essas políticas foram impactantes em suas vidas, bem como verificar se elas conseguiram maior participação em espaços públicos como no colegiado. A câmara de mulheres representava um instrumento que proporcionou a organização feminina e a busca para serem escutadas, garantindo a voz de todas elas nestes espaços, tanto na câmara como no colegiado territorial do Mato Grande. Foi por meio deste que muitas conseguiram participar e dialogar nas plenárias, deixando de lado o medo do domínio masculino, mostrando para eles que aquele local também pertencia a elas.

Sobre a política territorial, é relevante enfatizar que durante muito tempo adotou-se no país um modelo de desenvolvimento para o território rural, que não lograva melhorias e nem fornecia qualidade de vida para as populações do campo. Nisso, o rural ficou submerso a um longo período de altos índices de desigualdade e miséria. Passaram-se quase duas décadas para que, em meados de 2003, fosse adotado um modelo de desenvolvimento na esfera da abordagem territorial, que possibilitou o aprimoramento dos programas já existentes, criando novas possibilidades. Sendo assim, com o advento da política de desenvolvimento territorial aplicada à população do campo, tendo na época como responsável a extinta SDT, juntamente com o MDA, trouxe para o âmbito institucional uma espécie de inovação, ao incluir a participação social nos processos de diálogo e planejamento de políticas públicas (DELGADO; LEITE, 2011).

Nesse contexto, foram criados o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, no ano de 2003, ainda no primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, e, em 2008, somado ao PRONAT, surgem os Territórios da Cidadania que tinham em seu contexto institucional a participação do Estado e da sociedade civil, e como objetivo geral reduzir as

desigualdades sociais do rural, a partir da integração de políticas públicas. Para o alcance das metas estabelecidas pelo PTC, os colegiados eram peças fundamentais, pois por meio das plenárias era debatido e levado os anseios da população de um território específico.

Mas quais seriam então os impactos dessas políticas na esfera das desigualdades de gênero? Qual o legado dessas na vida de mulheres rurais? A partir do nosso estudo, constatou-se que não foram apenas as políticas territoriais importantes para minimizar os efeitos das desigualdades de gênero e garantir o empoderamento feminino, a atuação dos movimentos sociais também foi de grande importância para esse processo. Estes foram os núcleos que faziam as pontes entre os espaços de concentração e decisão dessas políticas. Foi por meio desses que as mulheres rurais eram fortalecidas e eram os pilares para que elas conseguissem construir espaços coletivos como os do comitê. Conseguiu-se mensurar e inferir com a pesquisa que as políticas de abordagem territorial tiveram impactos positivos na vida das mulheres do território do Mato Grande, sobretudo, aquelas que estavam envolvidas com o comitê.

Esses impactos podem ser alocados em três dimensões: econômica, social e política. Do ponto de vista econômico, elas tiveram acesso a muitos programas de assistência técnica (ATER), de incentivo à produção, como os Quintais Produtivos, tiveram acesso a ações de economia solidária, as feiras para agroecologia feminina, conseguiram com maior facilidade acesso às linhas do PRONAF destinadas às mulheres. Muitas alcançaram uma formação técnica por meio dos Institutos Federais, tiveram a oportunidade de participar do curso técnico em cooperativismo.

Outras conseguiram até mesmo uma formação em nível superior, porque era por meio do colegiado e do comitê que elas tinham conhecimento sobre os programas e as formas de ingresso à universidade. Na questão social, muitas conquistaram sua emancipação conseguindo romper com a estrutura dominante patriarcal, que se faz presente até hoje no rural brasileiro. Elas conseguiram mostrar a força da mulher nos espaços de participação por meio da união coletiva, muitas foram candidatas ao cargo políticos em seus municípios. Elas exaltam a oportunidade de poder participar de eventos como o da Marcha das Margaridas, que é um espaço onde elas conseguem vivenciar diversas realidades, mostrando a força da mulher rural.

Por fim, os programas de abordagem territorial, como o Territórios da Cidadania, conseguiram enquanto estavam em funcionamento garantir a autonomia, emancipação e empoderamento da mulher rural do Mato Grande, pois, por meio de espaços construídos a partir dessas políticas elas puderam trazer suas lutas e anseios para contexto marcado pela dominação masculina. Em suma, o presente estudo possibilitou entender como a articulação das mulheres em um comitê informal e sua representação formal na câmara temática permitiu a alteração de determinados padrões de comportamentos em que os homens falavam mais e, inclusive, por mulheres. Além disso, foi de importância significativa no combate à redução das desigualdades de gênero, o papel de uma política de abordagem territorial que incorporasse a possibilidade de uma câmara temática específica para o tema mulheres o que resultou em um empoderamento coletivo das participantes, expresso na organização dos movimentos para o público feminino.

8. Referências

- ALCÂNTARA FILHO, José Luiz et al. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: uma análise a partir do território rural Baixo Jequitinhonha. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 24-44, 01 jun. 20.
- BIERNACKI, P. & WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, v., n. 2, November. 141-163p, 1981.
- BIROLI, Flávia. 2010. Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, pp. 51-65.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BUTTO, Andrea et alii (org.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: MDA, 2014.
- BUTTO, Andrea. Mulheres no Desenvolvimento territorial. In: DELGADO, Nelson G. (org.). A política de desenvolvimento do Brasil Rural. Brasília: MDA, 2010, pp.214-231
- CARVELLI, C.L.; OLIVEIRA, N. M. Teoria do desenvolvimento no empoderamentodas mulheres rurais: uma revisão sistemática de literatura. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 1, p. 1-9, 2018.
- CERQUEIRA, Carla; RIBEIRO, Luísa Teresa; CABECINHAS, Rosa. Mulheres & blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na “rede”. **Revista Ex æquo, Lisboa**, n. 19, p. 111-128, 2009.
- DELGADO, N. G. ; Leite, Sergio Pereira . **Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores**. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 54, p. 431-473, 2011.
- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 1, p. 47-71, 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES,J.; KNOX, W. . **Do Campo Brotou Margaridas [recurso eletrônico]: políticas de abordagem territorial e seus impactos para as questões de gênero na região do Mato Grande- RN..** 1. ed. Mossoró: Edições UERN, 2022. v. 1. 134p .

HEREDIA, Beatriz, Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera Presidente Prudente*, ano9, n. 8, p. 1-28, 2006.

LAKOFF, Robin. Language, gender, and politics: **Putting “women” and “power” in the same sentence**. In: HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Mirian (Org.) *The handbook of language and gender*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 160-178.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a 'ideologia de gênero'. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. 447-463, 2018.

MOLYEU, M. Mobilization without emancipation? Women's interest, the State, and revolution in Nicaragua. **Feminist Studies**, v.11, n.2, Summer, p. 227-254, 1985.

MONTAÑO, Sonia. **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil**. In: LOBO, Thereza; PITANGUY, Jacqueline, MONTAÑO, Sonia. *As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. p.7-21. Serie Mujer y Desarrollo, n. 45.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; MOREIRA, Ivaldo Sousa. A abordagem territorial do desenvolvimento a partir da perspectiva relacional: uma proposta teórica preliminar. **Redes**, v. 19, n. 1, p. 58 -73, jan/abr, 2014. Disponível em: Acesso em: 28 mar.2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política, Curitiba**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete (Org.). **Políticas Públicas**. Brasília:ENAP, 2007. v. 2. 289 p.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosangela. **Mulheres e Políticas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãos**. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. pp.571-592.

Notas Finais

ⁱ A institucionalização dos colegiados territoriais no Brasil inicia-se, a partir do ano de 2005, por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR). Esta institucionalidade também pode ser denominada de fórum ou conselho dependendo da forma que o território escolher. Estes exercem “um papel importantíssimo para a condução e operacionalização da estratégia de desenvolvimento territorial” (BRASIL, 2009, p.5).